

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Órgão

Grupo de Acompanhamento de Performance (GAP) dos Resíduos Eletroeletrônicos e seus Componentes

Representação

Grupo de Acompanhamento de Performance (GAP) dos Resíduos Eletroeletrônicos e seus Componentes

Representantes



Titular

Cristiane Lima Cortez

Assessora Técnica do Conselho de Sustentabilidade da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP)

(Compareceu)



Suplente

Alexsandra Socorro Iahn Ricci

Advogada da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP)

(Compareceu)



Assessora Técnica

Cristiane de Souza Soares

Especialista Executiva

Assessoria de Gestão das Representações (AGR/CNC)

(Compareceu)

Ações

Reunião extraordinária realizada no dia 26 de outubro de 2021

Resumo:

O gerente de Sustentabilidade da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Henrique Mendes, deu início à reunião falando sobre a revisão da lista de produtos do Acordo Setorial de Eletrônicos, lembrando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) incluiu na relação diversos produtos do setor elétrico. Mendes ressaltou que esse tipo de material é considerado resíduo de construção e, por isso, já possui regulamentação própria de destinação (a Resolução Conama 307/2002).

Mendes complementou que o Grupo Setorial de Materiais Elétricos da Abinee contratou um estudo para comprovar que esse tipo de resíduo já possui gestão para destinação ambientalmente adequada, não estando, portanto, na lista de produtos presentes no Acordo Setorial. No caso de resíduos da construção civil, a responsabilidade pelo gerenciamento é do gerador dos mesmos, e não do fabricante do produto.

Ademir Brescansin, gerente executivo da Green Eletron, alertou sobre a necessidade de inclusão de novos produtos eletroeletrônicos na lista do Acordo Setorial, mencionando os produtos que contenham LED, como fitas decorativas, luminárias e lâmpadas. Em relação a este item da pauta, o grupo deliberou que, sobre materiais elétricos, o Grupo de

Acompanhamento de Performance (GAP) precisa tomar conhecimento sobre o resultado do estudo que está sendo elaborado, a fim de confirmar as informações e apoiar a retirada dos mesmos da lista do Acordo Setorial. Em relação à inclusão de novos produtos, o GAP irá analisar novamente o assunto em 2022.

O item seguinte da pauta tratou da participação das operadoras de telefonia no GAP. Henrique Mendes informou que a Vivo buscou informações sobre a possibilidade de ingressar no grupo. O contato se deu diretamente pela empresa, e não pela entidade setorial. Entretanto, os membros do GAP entendem que a representação precisa ocorrer por meio do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), não sendo possível a entrada individualizada da empresa. Desta forma, decidiu-se convidar a entidade, permitindo assim a inclusão de todas as operadoras no Acordo Setorial de Produtos Eletroeletrônicos.

Na sequência, Henrique Mendes resumiu a reunião realizada entre GAP e Advocacia-Geral da União (AGU) no dia 3 de setembro de 2021, a qual já teve sua ata distribuída aos demais participantes. Mendes pontuou que a proposta era abordar diversos temas com a AGU, tais como: a necessidade de aprofundamento do guia de compras sustentáveis, sobre a diferença entre Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); a importância de maior controle para os participantes de leilões de descarte de produtos eletroeletrônicos pelo poder público; e a criação de critérios de homologação de recicladores. Além disso, ele colocou o grupo à disposição do órgão para auxiliar nas atividades sugeridas acima.

A AGU informou, durante a reunião, que tratará dos assuntos internamente para verificar qual ação será desempenhada. Considerando que é preciso acelerar a criação dos critérios mínimos para a homologação de recicladores de produtos eletroeletrônicos, decidiu-se que o GAP assumiria a responsabilidade de preparar o material sobre o tema e distribuir aos órgãos de controle para iniciar a discussão.

Na sequência, Henrique Mendes informou sobre a assinatura de Acordo de Cooperação no Estado de Pernambuco para a logística reversa (LR) de resíduo de equipamento eletroeletrônico (REEE) entre a REEEcicle e a Circular Brain. Tal acordo foi discutido e assinado sem a participação de qualquer ator da cadeia de comercialização de produtos eletroeletrônicos. Trata-se de termo assinado entre o governo pernambucano e duas empresas privadas para destinação de REEE recolhido no estado.

O GAP vê esse tipo de acordo com preocupação, pois ele cria dificuldades para o estabelecimento da LR prevista no Acordo Setorial de Eletroeletrônicos no estado. Além disso, o termo pode criar mercado de vendas de crédito de reciclagem, encarecendo os custos do programa em Pernambuco.

O grupo propôs a realização de uma reunião entre o GAP e a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco (Semas-PE), além de criar e distribuir material sugerindo que os demais estados e suas respectivas secretarias ambientais não realizem a assinatura de termos de acordo na mesma linha, sob pena de prejudicar o estabelecimento da LR prevista no Acordo Setorial.

Como último item da pauta, Ademir Brescansin alertou sobre a necessidade de adequação das metas de recolhimento de REEE previstos no Acordo Setorial. Tal ajuste se faz necessário por conta dos impactos da pandemia de Covid-19, que impossibilitou campanhas e ações de recolhimento que vinham sendo desenvolvidas pela entidade gestora e que geravam um grande volume de resíduos para cumprimento do objetivo.

Brescansin propôs que as metas tenham seu cronograma prorrogado em um ano, tendo em vista que, a partir de 2022, a entidade poderá retomar as campanhas de recolhimento. A proposta foi aceita pelo grupo, que sugeriu dar início às tratativas com o MMA sobre a postergação.

Finalizados os temas da pauta, decidiu-se que os documentos mencionados serão encaminhados aos participantes do GAP por e-mail, juntamente com a ata, para as devidas providências.